



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO TÉCNICO, MÉDIO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**AGRICULTURA FAMILIAR NA VISÃO DOS COLONOS DOS LOTES DO
PERÍMERO IRRIGADO DE SUMÉ- PARAÍBA**

LÚCIA DE FÁTIMA ALVES DE ARAÚJO

MONTEIRO, JULHO DE 2014.

LÚCIA DE FÁTIMA ALVES DE ARAÚJO

**AGRICULTURA FAMILIAR NA VISÃO DOS COLONOS DOS LOTES DO
PERÍMERO IRRIGADO DE SUMÉ- PARAÍBA**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Fundamentos da educação: Práticas pedagógicas interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: José Marciano Monteiro

MONTEIRO, JULHO DE 2014.

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A663a Araújo, Lúcia de Fátima Alves de
Agricultura familiar na visão dos colonos dos lotes do
perímetro irrigado de Sumé - Paraíba [manuscrito] : / Lúcia de
Fátima Alves de Araújo. - 2013.
37 p. : il. color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Ped. Interdisciplinares) - Universidade Estadual da
Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2013.

"Orientação: Prof. Me. José Marciano Monteiro,
Departamento de Educação".

1. Agricultura familiar. 2. Colonos. 3. Perímetro irrigado. I.
Título.

21. ed. CDD 370.91

LÚCIA DE FÁTIMA ALVES DE ARAÚJO

**AGRICULTURA FAMILIAR NA VISÃO DOS COLONOS DOS LOTES DO
PERÍMERO IRRIGADO DE SUMÉ- PARAÍBA**

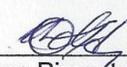
Monografia apresentada ao curso de Especialização em Fundamentos da educação: Práticas pedagógicas interdisciplinares como requisito parcial para a obtenção do título de especializado em Fundamentos da educação.

Aprovada em 19/07 /2014.



Prof. Ms. José Marciano Monteiro
Orientador

Prof. Ms. Grygena dos Santos Targino Rodrigues
Examinadora



Prof. José Joelson Pimentel de Almeida
Examinador

MONTEIRO

2014

MONTEIRO, JULHO DE 2014.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado forças para realizar este trabalho em meio há problemas vividos no decorrer do mesmo.

À toda minha família, que é minha base de sustentação.

Aos professores que estiveram conosco nessa jornada.

Ao professor Marciano meu orientador que tão bem me recebeu e me orientou com paciência e sabedoria.

DEDICATÓRIA

À DEUS que com infalível sabedoria esteve presente em todos os momentos de minha vida. Elevai uma prece por esta vitória e pela vida.

Que eu saiba exaltar-te na brisa e na tempestade, no trabalho e no lazer, no conquistado e no por fazer. Dedico.

Se é possível obter água cavando o chão, se é possível enfeitar a casa, se é possível crer desta ou daquela forma, se é possível nos defendermos do frio ou do calor, se é possível desviar leitos de rios, fazer barragens, se é possível mudar o mundo que não fizemos, ou da natureza, por que não mudar o mundo que fazemos: o da cultura, o da história, o da política?

Paulo Freire (2000)

RESUMO

O Objetivo dessa pesquisa foi tentar entender as percepções dos agricultores familiares do perímetro irrigado de Sumé, situado no cariri paraibano, na região do semiárido. Tentar entender até que ponto a agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho. Para alcançar tal objetivo, elaborou-se entrevista semi-estruturada, bem como o recurso à memória para relatar a história do perímetro irrigado de Sumé. Esta pesquisa, portanto, envolveu colonos de forma a darem informações sobre seus trabalhos, percebendo a centralidade que ocupam os agricultores e familiares no tocante a direção que dão ao processo produtivo, dando, ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado. Com isso, constatou-se que, na visão dos colonos, à agricultura familiar tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo dentro do contexto produtivo proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e a propriedade.

PALAVRAS CHAVE: Agricultura Familiar. Colonos. Perímetro Irrigado.

ABSTRACT

The objective of this research was to try to understand the perceptions of farmers of irrigated perimeter Sume, located in Paraíba cariri in the semiarid region. Trying to understand the extent to which family farming is a form of production dominated the interaction between management and labor. To achieve this goal, we prepared semi-structured interview as well as the use of memory to tell the story of the irrigated perimeter Sumé. This research therefore involved settlers in order to provide information on their work, realizing the centrality occupying farmers and family members regarding the direction that gives the production process, giving, emphasis on diversification and using family labor, possibly supplemented by work wage. Thus, it was found that, in the view of the settlers, family farming aims to strengthen the activities of the family farmer, in order to integrate it within the productive context providing you with increased income and adding value to products and the property.

Keywords: Family Farming. Settlers. Irrigated.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
-----------------	----

1. EDUCAÇÃO DO CAMPO UM NOVO PARADIGMA?

1.1 O que se entende por educação do campo?	11
1.2 Educação do campo X Educação rural.	12
1.3 Uma nova proposta de educação?	14

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO E O MUNDO DO TRABALHO

2.1 Pedagogia da alternância: Saber e Trabalho.	16
2.2 Pedagogia da terra e agricultura familiar.	18
2.3 Agricultura familiar e produção Agroecológica.	21

3. EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 Perímetro Irrigado de Sumé Paraíba.	24
3.2 Agricultura familiar na visão dos colonos.	26

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar sobre o trabalho de agricultura familiar nos lotes é mostrar através desta pesquisa até que ponto é possível sobreviver com poucos recursos financeiros e escassez de chuva nesses lotes no município de Sumé na Paraíba em clima Semi-árido difícil de se cultivar certos produtos agrícolas devido as dificuldades por que passam o homem do campo com a falta de chuvas e uma política agrícola que venha colaborar para melhorar o modo de vida dos agricultores que precisam sustentar suas famílias sem ter que sair do meio rural onde vivem, os agricultores desses lotes são exemplos de luta e coragem para muitos que querem viver na agricultura como fonte de vida familiar.

A vida no campo necessita de vários fatores que possibilite um trabalho prazeroso e o bem estar a toda comunidade rural valorizando o aprendizado de cada um dentro de sua própria cultura, o homem precisa se conscientizar sobre seus valores autênticos do seu próprio meio e que seja capaz de despertar a vontade de progredir com seu próprio trabalho junto com seus familiares.

Ao realizar a pesquisa sobre o bom desempenho no campo desses agricultores, este trabalho busca aprofundar o conhecimento sobre as relações do homem no semi-árido com intuito de contribuir para quem quer se manter no campo e conviver com seus familiares sem ter que ir em busca de outros meios de sobrevivência.

Realizar uma pesquisa sobre o campo justifica-se pela importância de levar informações preciosas para muitos que pretendem ingressar na contribuição de produzir no meio agrícola produtos para a mesa de sua família e de outros consumidores.

1. EDUCAÇÃO DO CAMPO UM NOVO PARADIGMA?

1.1 O que se entende por Educação do Campo?

A Educação do campo é uma política pública que nos últimos anos vem se concretizando no Brasil inteiro. Uma política pública pensada mediante a ação conjunta de governo e sociedade civil organizada caracterizada como resgate de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram o direito negado a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos, ora marginalizavam os sujeitos do campo, ora vinculavam-se ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro, especialmente aquela expressa na prática social dos diversos sujeitos do campo .

A educação do campo, portanto é um movimento que, na afirmação e diálogo dos seus diferentes sujeitos, busca vincular a luta por educação com o conjunto de lutas pela transformação das condições sociais de vida no campo, marcadas por uma realidade de violenta desumanização. Vincular a luta por educação as lutas sociais têm como pressuposto básico de que não há como educar verdadeiramente os sujeitos do campo sem transformar as condições atuais de sua desumanização assim como a compreensão de que é na própria luta por estas transformações que o processo de humanização é retomado (Caldart, 2004).

Nesta perspectiva, cabe destacar que a expressão educação do campo também identifica uma reflexão pedagógica que reconhece o meio rural como lugar onde não apenas se reproduz, mas também se produz pedagogia uma reflexão que desenha os traços de um projeto de educação ou de formação dos sujeitos do campo que, na definição de Caldart, integrantes da articulação nacional do movimento “É um projeto de educação que se reafirma como grande finalidade da educação educativa, ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica

da sociedade que faz parte , que compreende que os sujeitos se humanizam ou se desumanizam sob condições materiais e relações sociais determinadas, que nos mesmos processos em que produzimos nossa existência nos produzimos como seres humanos; que as práticas sociais e, entre elas, especialmente as relações de trabalho conformam (formam ou deformam) os sujeitos” (Caldart, 2004, pp.154-155).

É nesse contexto que, nos últimos anos, tem surgido diferentes experiências que, na maioria dos casos surgem por iniciativa da própria população, através de suas organizações e movimentos sociais, a partir de alianças com Partidos Políticos, Igreja, Universidades e Organizações Não-Governamentais, na busca de afirmar princípios, concepções e práticas de uma educação e de uma escola de campo. Exemplos dessas iniciativas são, entre outras, a luta do Movimento dos Sem Terra pelas Escolas de Acampamento e Escolas Itinerantes, a preocupação do Movimento dos Atingidos por Barragens com as escolas dos reassentamentos; as experiências educativas do serviço de Tecnologia Alternativa e do movimento de Organização Comunitária; a luta dos indígenas e dos povos da floresta por uma escola vinculada a sua cultura assim como as experiências dos Centros familiares de Formação por Alternância.

1.2 Educação do campo X Educação rural

A educação do campo compreende uma política educacional necessária para atender a diversidade existente no território camponês enquanto a educação rural é subalterna, pois está consentida nos princípios do capitalismo agrário.

Sendo assim objetiva-se ter um conhecimento apropriado das singularidades da educação campo e educação rural e com isso pensar a educação como elemento essencial para o desenvolvimento do campo. Para

refletir a educação como meio de desenvolvimento do campo é imprescindível visualizar o modo em que são constituídas as diferenças entre educação rural e educação do campo.

Com base nos contextos educacionais a educação rural foi proposta pelas elites rurais do país, como ação compensatória, tratando os camponeses como pessoas desentendidas que não tiveram oportunidade para obter maior conhecimento e o que sabem são de experiências adquiridas em sua vivência.

Dessa maneira como o setor econômico, a educação é organizada e dividida por classes correspondentes as necessidades e interesses. No modo de produção capitalista a educação não visa atender o bem-estar coletivo, mas as necessidades de produção/reprodução ampliada d capital. (CAMACHO; ALMEIDA, 2008, p.49).

Portanto são as elites rurais que definem a educação rural e como classe social impõe para os sujeitos do campo uma educação que além de desconsiderar o conhecimento trazido a partir da experiência vivenciada pelos alunos, desvaloriza a vida no campo ao exaltar o espaço urbano como espaço desenvolvido e superior ao rural e com isso diminui a autoestima e também a identificação destes com a terra e com o sentimento de pertencimento do lugar.

Nesse sentido a educação do campo está contida no paradigma da questão agrária, enquanto a Educação rural está contida nos princípios do paradigma do capitalismo agrário. A educação do campo vem sendo construída pelos movimentos camponeses a partir do princípio da autonomia dos territórios materiais e imateriais. A educação rural vem sendo construída por diferentes instituições a partir do paradigma do capitalismo agrário, em que os camponeses não protagonistas do processo, mas subalternos aos interesses do capital. (FERNANDES, 2006 citado por PERIUS; OLIVEIRA, 2008.p.46)

Nesse sentido Almeida (2006) defende o campesinato enquanto classe a partir da identidade construída pelos sujeitos e o reconhecimento destes como grupo no contexto da luta pela terra do trabalho, do sonho, do nascimento, da esperança de melhorar a vida sendo esta sua condição de

classe. Nesse processo de identificação que a classe é possível, a classe camponesa se faz a partir da identidade com a terra de trabalho em oposição, a terra de negócio. E o trabalho tem a função de garantir a reprodução da vida e não do capital.

Segundo Maria do Socorro Dias Pinheiro Pedagoga especialista em gestão UFPA em seu artigo, A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira. Em relação a educação do campo, é pertinente ressaltar que a concepção de educação que vem sendo empregada pela cultura dominante e elitista, não tem favorecido satisfatoriamente para combater o analfabetismo, elevar a escolaridade dos sujeitos, sua cultura e seu padrão de vida. Há ainda insatisfação ocasionada pelo acesso tardio a escola que na maioria das vezes, nas regiões mais pobres do Brasil, são oferecidas sem condições de oportunizar saberes para a criança, o adolescente, os jovens e adultos devido a precariedade de investimentos dessa política pública. Isso representa sem dúvida uma das maiores dívidas históricas para com a população do campo.

1.3 Uma Nova Proposta de Educação?

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 diz que a proposta pedagógica é um documento de referência. Por meio dela a comunidade escolar exerce sua autonomia financeira, administrativa e pedagógica ou seja seu Projeto Político Pedagógico.

A proposta educacional das novas escolas do campo tem que formular a questão pedagógica em que a escola possa contribuir para que os próprios familiares permaneçam no campo e fortaleçam a educação rural que é um dos pilares para o desenvolvimento rural.

É preciso identificar as potencialidades das comunidades rurais e repensar as propostas educacionais resgatando suas particularidades, preservando e conservando suas práticas sociais através da formação e da educação.

A Educação do Campo então se firma na defesa de um país soberano e independente, vinculado a construção de um projeto de desenvolvimento, no qual a educação é uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade, que se opõe ao modelo de educação rural vigente. Nessa perspectiva, a escola torna-se um espaço de análise crítica para que se levantem as bases para elaboração de uma proposta de educação e desenvolvimento. Nesse sentido, busca-se desenvolver uma proposta de educação voltada para as necessidades das populações do campo e para a garantia de escolarização de qualidade.

Para Caldart (2002), a associação da educação do campo com lutas por políticas públicas e por reforma agrária é fundamento educativo desse novo Projeto Político de Desenvolvimento. Não se educa verdadeiramente o sujeito do campo sem transformar as condições de desumanização. Caldart entende que o desafio para as escolas do campo é a formação para recuperar as condições humanas dos povos do campo. Por isso é tão central a definição do tipo de escola que se quer e do projeto educativo que ali se desenvolve. Para tanto se resgata a experiência histórica da educação popular e das práticas educativas que superam o histórico vazio deixado pelo poder público nas regiões rurais.

Apesar das tentativas de superação vivida hoje é patente o confronto entre dois modelos pedagógicos, um em que o aluno é comparado a um objeto a formar por uma ação externa a exercer sobre ele outro em que o aluno tem consigo os meios necessários para ser o sujeito da sua formação.

Essa realidade revela que nas escolas do campo não aparece uma cultura docente, há uma solidão da (o) educadora (or) na realização do seu trabalho. Arroyo (2002).

Para a Educação do Campo, o mais importante é garantir a aprendizagem, a formação humana e integral do educando para que ele se sinta parte integrante dessa educação tão esperada e comentada que irá valorizar seu trabalho e sua vida junto dos seus familiares.

São muitas as propostas para melhorar a educação do campo já houve um grande avanço com as lutas dos trabalhadores em conflito e que buscam um futuro melhor para seus filhos, mas será que o homem do campo está feliz e convencido que esta educação que está chegando até ele é a educação que ele deseja para seus filhos e sua comunidade? É necessário a participação da comunidade rural na aprovação de propostas educacionais e que sejam executadas de acordo com sua cultura e costumes não constringindo um povo que já tem seus valores educacionais e que precisa apenas da valorização do seu trabalho e de um ensino de qualidade que venha incentivar sua autoestima para que o homem do campo tenha uma vida digna e não se sinta inferior aos demais que já utilizam mecanismos educacionais de qualidade.

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO E MUNDO DO TRABALHO.

2.1 Pedagogia da Alternância: Saber e trabalho

Proposta usada em áreas rurais para mesclar períodos de internatos na escola com outros em casa, foi aplicado no Brasil durante 30 anos por associações comunitárias sem reconhecimento oficial.

Agora o ministério da educação (MEC) não apenas aceitou a Alternância como também quer vê-la ainda mais dessiminada.

A metodologia foi criada por camponeses da França em 1935. A intenção era evitar que os filhos gastassem a maior parte do dia no caminho de ida e volta para a escola ou que tivessem de ser enviados de vez para morar

em centros urbanos. No Brasil, a iniciativa chegou com uma missão jesuíta no Espírito santo, em 1969. Logo se espalhou por 20 estados em áreas onde o transporte escolar é difícil e a maioria dos pais trabalha no campo. Os alunos têm as disciplinas regulares do currículo do Ensino Fundamental e do médio, além de outras voltadas à agropecuária. Quando retornam para casa devem desenvolver projetos e aplicar as técnicas que aprenderam em hortas, pomares e criações.

Até 1998, os estudantes que se formavam nessas instituições ainda precisavam prestar um exame supletivo para conseguir o diploma, mas no ano seguinte o regime foi legitimado pelo MEC. Hoje são mais ou menos 258 escolas com pelo menos 20 mil estudantes em todo país e índices de evasão baixíssimos.

Não há dúvida de que se trata de experiência que não pode mais ser desconsiderada em sua concepção, suas práticas e seus efeitos, sobretudo, quando se busca uma alternativa de escolarização adequada ao meio rural de regiões francamente subdesenvolvidas. Mas é preciso ficar atento ao modo como várias experiências escolares estão ganhando forma em nome da pedagogia da Alternância para evitar que em vez de fortalecer a proposta, elas acabem por desqualificá-la por inteiro.

Para Gramsci (1982), a crise Da escola tradicional é porque a mesma se distanciou da vida e da cultura de seus sujeitos. Em outro sentido, argumenta que a participação ativa dos sujeitos na escola só pode existir se esta for ligada à vida. Quis dizer o autor que, a escola não deve separar as atividades teóricas das atividades práticas, ambas devem estar interligadas e em permanente processo de interação, pois do contrário, os conteúdos e os conhecimentos não terão significados para a vida e trabalho dos jovens, ou seja, o que almeja é uma escola que ofereça igualdades de condições para articular os conhecimentos científicos, filosóficos, culturais e técnicos que possa dotar os jovens de capacidade para refletir sobre a realidade e modificá-la. A importância dos saberes dos pais derivados de sua experiência no campo pode contribuir consideravelmente com a escola, pois, conforme assinala Leite

(1999, p.72) “é inegável o saber adquirido pelo homem do campo na realização do trabalho realizado cotidianamente, no plantio, na criação de animais e demais atividades. Saber e trabalho alinham-se em um sentido único de sobrevivência material e dos valores culturais”. Para o autor, o saber adquirido pelos sujeitos em sua prática cotidiana pode contribuir na construção de práticas pedagógicas que tenham significado ao sujeito do campo.

A interação e integração da escola/família é um dos aspectos fundamentais que pode contribuir na formação dos jovens agricultores, uma vez que, segundo Tanton (1999, p. 101), Essa realidade local não difere da realidade do restante do país onde, como assinala Caldart (2000,p.67), “ as populações do campo incorporam em si uma visão que é um verdadeiro círculo vicioso: sair do campo para continuar a ter escola, e ter escola para poder sair do campo”. Essa visão tem seduzido muitos jovens do campo que nela depositam a esperança de encontrar na cidade benefícios sociais que o campo não lhes proporciona, como por exemplo: saúde, trabalho, moradia, dentre outros.

Silva (2003) também compartilha dessa definição de alternância elaborada por Calvó. Ela entende alternância como estratégias de escolarização que possibilitam aos jovens que vivem no campo conjugar a formação escolar com as atividades e tarefas na unidade produtiva familiar, sem desvincular-se da família e da cultura do meio rural. Daí a importância da Escola Família Agrícola como uma alternativa de escolarização desse público, uma vez que possibilita ao aluno ter acesso à escola, ao mesmo tempo em que permite a ele permanecer junto à família, à sua cultura e às atividades produtivas (Silva, 2003).

2.2 Pedagogia da Terra e agricultura familiar

A História da Pedagogia da Terra tem como papel central o MST, que se desdobra neste movimento maior de educação do Campo. O MST é um movimento social que tem como principal

Objetivo a luta pela reforma agrária. Contudo no interior desse movimento há uma série de demandas que constituem frentes de luta, entre as quais a educação. Como é um movimento de massas, constituído por famílias, possui um elevado índice de crianças, o que se desdobra numa grande demanda pela educação. Como o MST tem uma proposta educacional de acordo com os sujeitos que os constituem, há toda uma estrutura que se alinha com tal especificidade, nomeadamente a formação de professores. É neste contexto, de acordo com uma práxis educativa sentida nas necessidades de um movimento social, que é “gerada” a pedagogia da terra.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, também conhecido como Movimento dos Sem Terra ou MST, é fruto de uma questão agrária que é estrutural e histórica no Brasil. Nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 70, especialmente na região Centro-Sul do país e, aos poucos, expandiu-se pelo Brasil inteiro.

O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

O termo Pedagogia da Terra é uma construção social e, como tal, não tem autoria individualizada. Gadotti (2000, p.20) nos diz que “a nossa Pedagogia da Terra, como o canto do poeta, não pertence àqueles e àquelas que a escreveram, mas àqueles e àquelas que dela necessitam em sua luta cotidiana por uma escola melhor, por um mundo melhor...”

Principalmente baseado em Paulo Freire - Pedagogia da Libertação, onde suas vivências são valorizadas. Roseli Caldart e Karl Marx, onde teoria e práticas estão juntas.

A Pedagogia do Movimento é aquela que educa através do próprio movimento da luta pela terra, com todas as suas contradições, enfrentamentos, conquistas e derrotas, ensinando que nada é impossível de mudar. Educa através do exercício da cooperação, pois nasce de um coletivo que descobriu um passado comum e se vê como construtor de um mesmo futuro, que nascerá baseado em novas relações sociais de trabalho e novas formas de divisão de tarefas, onde o natural é pensar no bem estar comum e não apenas no próprio bem.

A agricultura familiar é aquela que exerce papel fundamental na economia de uma parcela significativa das pequenas cidades brasileiras. Em muitos casos, é ela a responsável pelo bom desempenho dos negócios urbanos, pelo suprimento da demanda interna de alimentos e pela manutenção do homem no meio rural. Melhorar a capacidade organizacional dos produtores, agregar valor aos produtos e facilitar o acesso dos mesmos ao mercado, tornando-os mais competitivos são, portanto, alternativas que contribuem para o aumento da renda e do desenvolvimento regional.

A inserção dos produtos da agricultura familiar no mercado depende, no entanto, de uma série de fatores como a organização das cadeias produtivas e dos próprios produtores, a inovação tecnológica e as condições institucionais favoráveis (crédito, infra-estrutura, acesso a informações, etc). Na maioria dos casos, porém, os produtores, de forma isolada, não reúnem as condições necessárias para tanto. O modelo de agropolos, adotado pelo Brasil no final dos anos 1990, propicia o desenvolvimento regional por meio da exploração sustentável dos recursos naturais.

Mas o que são os agropólos? Trata-se de um modelo de gestão pautado na premissa de esforços ordenados em um espaço geográfico, na visão de longo prazo e na melhoria da qualidade de vida da população envolvida, por meio do aumento do emprego e da renda. Um agropolo deve ser visto como uma rede envolvendo produtores rurais, instituições públicas e privadas, para desenvolver ações integradas e sistemáticas que incrementem a produção, a

qualidade e a competitividade das cadeias produtivas de uma determinada região.

Assim, a chamada agricultura familiar constituída por pequenos e médios produtores representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% no Nordeste. O segmento detêm 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chega a ser responsável por 60% da produção.

Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra. Este segmento tem um papel crucial na economia das pequenas cidades - 4.928 municípios têm menos de 50 mil habitantes e destes, mais de quatro mil têm menos de 20 mil habitantes. Estes produtores e seus familiares são responsáveis por inúmeros empregos no comércio e nos serviços prestados nas pequenas cidades. A melhoria de renda deste segmento por meio de sua maior inserção no mercado tem impacto importante no interior do país e por consequência nas grandes metrópoles.

2.3 Agricultura familiar e produção agroecológica

A agroecologia consiste em uma proposta alternativa de agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. O segmento da agricultura familiar apresenta características específicas na sua organização, como a utilização de mão-de-obra familiar, menor dimensão territorial da unidade produtiva e a lógica ou racionalidade camponesa está voltada em atender as demandas da própria família e não, de imediato, as necessidades do mercado. Estes são alguns dos traços que

permitiram sua reprodução ao longo do processo de desenvolvimento capitalista.

Por outro lado, estas características representam a possibilidade de transição de um modelo de agricultura convencional, pautado no excessivo uso dos recursos naturais não-renováveis, para um sistema de produção agroecológico, que tem como base os pilares da sustentabilidade (ecológica, econômica, social, cultural, espacial/geográfica).

A agroecologia pretende, assim, restabelecer as relações harmônicas entre o homem e seu espaço natural, minimizando o impacto das atividades agrícolas no ambiente e ampliando os benefícios da agricultura para além do espaço rural. O segmento da agricultura familiar, internamente, apresenta-se bastante diversificado nas várias estruturas agrárias.

Muitos estudos continuam a ser produzidos visando aprofundar o conhecimento a cerca da produção familiar na agricultura, especulando sobre o seu destino, as formas de como este segmento irá se desenvolver no sistema capitalista de produção contemporâneo, seu processo de adaptação ao sistema de mercado, seu desenvolvimento paralelo ao sistema capitalista, ou ainda, a possibilidade de seu desaparecimento por completo com a intensificação das relações de produção capitalistas.

O que se deve levar em consideração, entretanto, é que este segmento se reproduz de maneiras tão diversas, que se faz necessário uma análise específica em cada espaço, situação e tempo, devido à diversidade de estratégias que o agricultor encontra para permanecer no campo. Além disso, o referencial teórico dos autores clássicos, que se dedicaram ao estudo da agricultura utilizado para a análise, deve ser considerado sempre inserido em seu contexto histórico, considerando a especificidade espaço-temporal em que as ideias e teorias foram desenvolvidas.

Nesse sentido, uma constatação merece destaque, é inegável que o segmento da agricultura familiar se desenvolve e persiste até hoje. Isso fica evidenciado na significativa quantidade de mão-de-obra relativa à família empregada no campo e à diversidade (em quantidade e qualidade) de produtos

oferecidos, por este segmento, para atender as demandas do mercado consumidor interno e mesmo o externo.

Por isso, os agricultores familiares, são considerados essenciais para a produção de alimentos tanto da população rural quanto urbana. Um dos principais teóricos que se dedicaram a analisar as relações capitalistas de produção foi o economista, filósofo e socialista alemão Karl Marx. Para Marx, os camponeses são considerados como uma classe específica no sistema social, pois reúnem as características das duas outras classes sociais. Ou seja, ao mesmo tempo em que são donos dos meios de produção também são trabalhadores. Nesse sentido, Marx considera o campesinato como uma classe em transição, seja rumando para a burguesia, tornando-se um empresário capitalista, seja para o proletariado, tornando-se um trabalhador assalariado livre.

Assim, no desenvolvimento do capitalismo o campesinato seria extinto enquanto classe social (SILVA, 1986). Já o teórico político alemão Karl Kautsky estudou a superioridade das grandes explorações agrícolas frente às pequenas, enfocando o processo de aproximação da indústria na agricultura. Ao analisar o livro a Questão Agrária de Kautsky, Abramovay (1992) afirma que, “Kautsky procura provar teoricamente que ali onde os camponeses sobrevivem, isso não é sinônimo de eficiência, mas de super exploração, do fato de venderem seus produtos a preços que não cobrem sequer sua subsistência” (ABRAMOVAY, 1992, p. 46).

Kautsky realiza sua análise observando o camponês da Idade Média, onde a unidade familiar era praticamente autônoma, pois, além de cultivar os produtos, por meio da indústria doméstica transformava-os em bens que necessitava. Neste caso, o mercado servia apenas para atender ou suprir suas demandas secundárias não era exclusivamente dele que dependia a sobrevivência da propriedade. Essa capacidade de organização fortalecia a unidade familiar, considerada livre, uma vez que permitia a ela reproduzir-se impulsionada por seus recursos internos, não dependendo de subsídios oriundos externamente a unidade produtiva.

Entretanto, com o desenvolvimento do processo capitalista e o fortalecimento da indústria que, vai aos poucos penetrando no campo, surgem novas necessidades. O que anteriormente era produzido/transformado pelos camponeses na propriedade, passa a ser produzido pela indústria e, portanto, para adquirir estes produtos o camponês necessita de dinheiro. Outro traço presente na organização familiar de produção é a mão-de-obra empregada nas atividades agrícolas, em determinados períodos do ano quando a quantidade de trabalho se intensifica em especial nas épocas do plantio e na colheita da produção, tem-se a necessidade de aumentar a mão-de-obra disponível o que faz com que o agricultor recorra ao auxílio de membros de outras unidades produtivas, geralmente próximas a sua.

Segundo Lamarche, as estratégias de produção e reprodução da exploração familiar são organizadas e pensadas mediante dois domínios, seu passado histórico, ou o “modelo original”, onde estão presentes suas raízes culturais e um modo de vida mais tradicional e no outro extremo o que projetam para o seu futuro, o que e como pretendem desenvolver internamente na própria unidade produtiva.

Entretanto, o que balizará e determinará seu ritmo de desenvolvimento para o que Lamarche denomina de “modelo ideal”, depende, também, da sociedade, do que ela elaborou para o segmento familiar, principalmente, no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas, como acesso ao crédito, é disso que resulta o estado em que este segmento se encontra, seja de desenvolvimento, exploração ou até mesmo extinção (LAMARCHE, 1993).

3. EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 Perímetro Irrigado de Sumé – Paraíba

Contextualizando o Perímetro Irrigado de Sumé, tudo surgiu com a ideia da construção do açude público de Sumé, onde o Sr. José Farias Braga, que foi prefeito de Sumé, por mais de uma gestão, viu que a população crescia e a

cidade necessitava de um reservatório de água que suprisse as necessidades de consumo da população.

Foi feito, então, um estudo para escolha de um local que servisse para a construção de um açude, e se constatou que o melhor lugar seria nas terras do Senhor Rodolfo Santa Cruz , na Fazenda Riachão. Começou então a sua luta, contra uma família poderosa e que não queria se desfazer de suas terras, mas nada demoveu seu José Farias que saiu vencedor, contando com ajuda de alguns políticos da época onde se destacou com muito empenho José Américo de Almeida.

Então veio a ordem para a desapropriação das terras, o órgão designado para a construção do açude foi o DNOCS. (Departamento de obras contra as secas). É um órgão que desde 1909 vem trabalhando em obras de combate as secas em todo Nordeste, tendo hoje como objetivo maior promover ações de convivência com as secas e gerenciamento de água.

Na época, trouxe muitos funcionários de outras cidades como Boqueirão, Coremas e outras localidades que por aqui ficaram construíram famílias e muitos, ainda, permanecem residindo aqui em Sumé. Também gerou empregos para muitos sumeenses além de contribuir com renda econômica para o comércio local. Sendo que gerou emprego e renda para a cidade e Região do Cariri. Veja alguns dados da Construção:

Denominação: Açude Público de Sumé

Ano de início da construção: 1957

Ano do término da construção: 1962

Capacidade de armazenamento: 44.864.100 M3

Na década de 1970 deu-se início ao perímetro Irrigado com 51 lotes abastecidos com a água do açude através de canais de irrigação. Os colonos foram escolhidos através de entrevistas onde teriam que estar dentro dos padrões exigidos. Dados sobre o Perímetro:

Área do perímetro: 597.65Há

Dividida inicialmente em 51 lotes agrícolas, 04 lotes foram considerados salinizados (impróprios para o cultivo) Restaram 47 lotes

O Perímetro chegou a cultivar 230 hectares de tomate, produzindo em média de 40 toneladas por há, houve época de produzir até 60 toneladas por há. O principal produto cultivado era o tomate, mas se produzia milho industrial, melão japonês, melancia, banana nanica, coco, macaxeira, pimentão, cebola, amendoim e outros.

A cidade de Sumé desenvolveu-se com o Perímetro Irrigado chegando ser considerado o maior arrecadador de ICMS. A mão-de-obra familiar do irrigante era toda aproveitada, também absorvia a mão-de-obra de toda periferia de Sumé, empregando toda comunidade para os trabalhos agrícolas a cidade tornou-se na época ponto de pesquisa e de turismo.

Com as secas que assolaram nossa Região o açude de Sumé diminuiu a água e o perímetro ficou sem produzir culturas irrigadas de 1990 a 2005, só produzindo culturas de inverno ficando com 50 por cento de sua estrutura destruída pela exposição às intempéries do tempo, o método de irrigação por gravidade, tornou-se impraticável. O açude chegou a secar totalmente no período de 1998 à 1999.

No ano de 2006 foi feita uma parceria entre DNOCS e governo do Estado da Paraíba, foram doados 15 kits de irrigação por gotejamento a 15 irrigantes. O irrigante José Lourinaldo Alves de Oliveira abriu poços artesanal, e continua junto com outros colonos a produzir culturas como o tomate, pimentão, repolho, milho e outras culturas, mesmo com a falta de chuvas alguns colonos continuam cultivando e sobrevivendo muito bem da agricultura familiar.

3.2 Agricultura familiar na visão dos colonos

A agricultura familiar de acordo com a concepção dos colonos do perímetro irrigado de Sumé é um meio de sobrevivência para quem gosta e quer permanecer no meio rural junto com sua família. Conforme os

depoimentos do Senhor Lúcio Duarte de Souza, colono há vários anos, cultivar é um trabalho prazeroso. Para o mesmo, que permanece na agricultura familiar desde 1987 e utiliza o meio rural para produzir plantios, tanto para seu consumo como para vender no comércio local, cultivar plantios de tomate, pimentão, milho, feijão e outras culturas, é muito prazeroso.

Mesmo sendo as chuvas muitas vezes escassas, ele consegue irrigar suas culturas com poucas águas vindo de uma pequena barragem. Adota a tecnologia do gotejamento. Um novo método de irrigação onde usa uma porcentagem mínima de água e não desperdiça como na irrigação tradicional. Para seu Lúcio o que falta na agricultura familiar são políticas agrícolas que dê apoio e incentivo financeiro para o melhoramento e expansão do seu trabalho. Mesmo, assim, com tantas dificuldades e com seus próprios recursos mantém sua cultura e vive no meio rural do semi-árido plantando, colhendo e vivendo com dignidade junto de sua família como gosta de viver o homem do campo.

O Senhor José Ivanildo Aleixo de Sousa, outro entrevistado, colono, que também se destaca pela coragem de permanecer no meio rural sobrevivendo também de sua cultura que não é diferente dos outros, mantém seu cultivo com água de um poço artesanal, também se queixa da inexistência de projetos e ajuda de uma política agrícola que fortifique seu trabalho e dê oportunidade de ampliar sua cultura até mesmo para desenvolver o comércio local e aumentar a feira livre do município que vem enfraquecendo com a falta de mercadorias produzidas pela região.

Seu Ivanildo fala que não saberia viver de outro trabalho e que a agricultura familiar sempre foi seu meio de sobreviver e junto com sua família através de muito trabalho e força de vontade consegue controlar sua cultura e viver bem com seus familiares.

O Senhor Anderson Torres de Araújo, também colono fala da agricultura familiar da mesma forma dos outros colonos citando a falta de incentivo para o pequeno agricultor que quer permanecer no meio rural, este fala que a agricultura familiar seria a solução para o consumo de sua região e o fortalecimento do pequeno agricultor que gosta do seu trabalho e de viver no

campo e que os pequenos agricultores e criadores de caprinos e ovinos necessitam de investimentos para melhorar seus plantios e rebanhos que é o que faz a agricultura familiar permanecer viva e o camponês feliz vendo seu trabalho progredir de maneira que possa viver bem e servir a comunidade em que vive.

O Senhor Anderson tem um pequeno rebanho de ovinos produzindo e controla com sabedoria o cultivo de capim para alimentar seu rebanho e travessar a seca de um ano para o outro isso com muito trabalho e vontade de permanecer no campo ele consegue se manter engordando animais e vendendo para o abate. São formas de agricultura familiar que mantem muitos agricultores produzindo e vivendo de seu trabalho junto com sua família.

Para esses colonos a agricultura familiar significa trabalho e meio de vida que eles pretendem continuar cultivando por muitos anos junto de seus familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho permitiu-me aprofundar o conhecimento a respeito das relações do homem no semiárido com intuito de contribuir para quem quer se manter no campo e conviver com seus familiares sem ter que ir em busca de outros meios de sobrevivência.

Assim, a relação construída por estas famílias é fundamental para garantir um desenvolvimento sustentável, levando em consideração os aspectos socioeconômicos e naturais da região do Semi-árido. As políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, principalmente nos últimos anos tem revelado um crescimento considerável do setor. Ressalta-se que estas políticas tem procurado atender outros sujeitos que fazem parte da agricultura, como a mulher e o jovem. Para tanto, é necessário o aprofundamento destas políticas, no sentido de garantir maior efetividade na sua execução para que as famílias possam ser de fato beneficiadas.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo Hucitec/ANPOCS/UNICAMP, 1992. 275p.

ALMEIDA, R. A. de. (Org.) **Educação no/do campo em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UFMS, 2008.

CALDART, Roseli Salete (Orgs.). **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.

_____. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO M., CALDART,R.& MOLINA.M(orgs). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Ed. Vozes,p.147-158, 2004 a

CAMACHO, R. S.; ALMEIDA, R. A. Pesquisa e ensino da geografia: a educação do campo como instrumento de libertação. In: MARTIN, A. M. (Org.) et alli. **Prática de Ensino e de pesquisa em História e Geografia**. Campo Grande: UFMS, 2008.

FERNANDES, B. M. **Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais**. Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/artigo_bernardo.pdf em [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivo pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivo/pdf) <acesso em 19/05/2010>

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GRAMSCI, Antonio **.Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

GONZÁLEZ ARROYO, Miguel. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 6.ed Petrópolis: Vozes, 2002. 251p.

LEITE, S.C. Escola rural: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

LUCITA BRIZA (nova escola@fuc.org.br) escola nova.com.br

PERIUS, L. C. F. da. S.; OLIVEIRA, R. T. C. de. O programa nacional de educação na reforma agrária (PRONERA) no estado de Mato Grosso do Sul (1998-2001). In: PEREIRA, J.H. do V.; ALMEIDA, R. A. de. (Org.) **Educação no/do campo em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: UFMS, 2008.

TANTON, Christian. Alternância e Parceria: Família e Meio Sócio-profissional. In: **Seminário Internacional Sobre Pedagogia da Alternância**. Alternância e Desenvolvimento. Salvador, BA: SIMFR/VITAE/UNEFAB. 1999.p.98-103

UNEFAB.**Revista da Formação por alternância**. Brasília: União Nacional das Escolas famílias Agrícolas do Brasil. N. 4. Jul. 2001

ANEXOS

Entrevista com o senhor Lúcio, colono do Perímetro Irrigado, sobre agricultura familiar





Entrevista com o Senhor José Ivanildo, colono do perímetro Irrigado, sobre agricultura familiar







Senhor Anderson com seu rebanho de ovinos em um dos lotes do perímetro Irrigado





